

VIOLÊNCIA

Estudantes da UFMT e advogada da ADUFMAT vão processar Estado e reitoria da Universidade



Rotam já chegou batendo e atirando

Seis estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a advogada da Associação dos Docentes da UFMT (ADUFMAT S.Sind.) que foram detidos, agredidos e insultados pela Polícia Militar e Rotam durante e depois de manifestação estudantil, realizada em 6 de março de 2013, vão processar o Estado e a Reitoria da UFMT. Eles denunciam a truculência policial que marcou o final do ato de trancamento da avenida Fernando Corrêa, principal via de acesso à instituição de ensino.

Leia cobertura completa nas **páginas 4, 5, 6, 7 e 8**

- Confira relato das vítimas
- Assistência estudantil é insuficiente
- Pesquisadores reprovam abordagem desastrosa
- Estudantes presos pela Rotam são tratados como réus em processo judicial
- Após ocupação da reitoria, estudantes têm 90% das reivindicações atendidas



32º Congresso do ANDES-SN

prioriza luta por educação pública, gratuita, condições dignas de trabalho, salário, carreira e fortalecimento do Movimento Docente

Eram 71 seções sindicais de todos os Estados do país, sendo 355 delegados e 111 observadores, 3 convidados, 35 diretores nacionais e 17 jornalistas, totalizando 521 participantes do 32º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). O Congresso ocorreu nos dias 04 a 09 de março no campus do Fundão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os debates realizados durante a semana começavam pela manhã e terminavam à noite, com destaque para o último dia, que foi encerrado às 6 horas após uma madrugada em votações de aprovações e rejeições de resoluções importantes para o Movimento Docente (MD). **Páginas 9 e 10**



Renata Massezoli/AndesSN

Editorial

Leia e reflita sobre os temas tratados nesta edição e que compõem o conjunto de princípios que apresentamos e defendemos durante o processo eleitoral para a ADUFMAT.

(A diretoria) **Página 2**

Submissão

UFMT, o laboratório do MEC

Instituição foi uma das primeiras a adotar as concepções de universidade do MEC

Desde 2006 a Administração Superior da UFMT direciona sua gestão para que a instituição seja uma das primeiras a se prontificar a aderir às políticas educacionais do Governo Federal. A reestruturação feita nos campi do interior neste mesmo ano é o primeiro exemplo em uma história que envolve falta de diálogo com a comunidade acadêmica e resistência por parte de trabalhadores e estudantes. **Página 11**

Saúde do trabalhador

Adoecimento físico e psíquico na UFMT: perícia afasta mais de 2 mil professores e técnicos em 2012

Problemas ortopédicos e depressão lideram lista de enfermidades

É um assombro o número de afastamentos de docentes e também de servidores técnico administrativos da UFMT por adoecimento psíquico e/ou físico. Só ano passado, foram feitos 2.194 pedidos de afastamento junto à Coordenação de Assistência e Benefícios ao Servidor (CABES). **Página 12**

- Leia relato de docentes que passaram ou estão passando por isso
- Denúncia: peritos atuam como policiais e não como médicos

Editorial

Quando nomeamos a Chapa 1 - “Quero ouvir tua voz apesar destas barras pelaí”, em referência à música Fala Brasil, de Gonzaguinha, inspirados também estávamos pelo nome da chapa vencedora nas eleições para o Diretório Central dos Estudantes/UFMT: “Não mais em nosso nome!” da lavra de Mauro Luis Iasi.

Àquela altura, em dezembro de 2012, jamais poderíamos imaginar que a primeira voz contrária às “barras pelaí” viesse, vigorosamente, do seio do movimento estudantil. Durante passeata pacífica nossos alunos percorreram o Campus Cuiabá em protesto contra a antidemocrática e sumária eliminação das vagas de moradia da assistência estudantil perpetrada pela reitoria da UFMT.

Ao ganhar um pequeno trecho da Avenida Fernando Corrêa sofreram nossos alunos uma violenta e desproporcional repressão policial: seria a resposta do aparelho repressor ao vigor da “voz”? Barbárie, como não se via há mais de 40 anos neste país, que hoje pode ser visualizada e confirmada pelos vídeos postados na rede mundial, e cujas consequências jurídicas, sociais e políticas, tanto externas como internas à UFMT, não poderiam deixar de se fazer ouvir no Jornal da Adufmat.

Por outro lado, entre 04 a 09 de março/2013, no Rio de Janeiro, o ANDES-SN realizou seu 32º Congresso, com mais de 500 “vozes” de todo o

Brasil. A ADUFMAT fez-se representar por 07 delegados e uma jornalista.

Dentre os temas tratados, debatidos e deliberados, destacamos: 1) na análise de conjuntura reafirma-se a importância das greves - em especial a de 2012-, evidenciando a necessidade da reorganização da classe trabalhadora brasileira, na qual a Central Social e Popular (CSP-Conlutas) terá papel relevante; 2) o eixo da luta pautado em defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos, etc., só será conquistado com a ampliação da organização da categoria no ANDES-SN e na unidade classista dos trabalhadores, como apresentado na carta do Rio de Janeiro; 3) ao reafirmar os princípios do ANDES-SN, avaliamos que a luta pela carreira docente está viva e que os “pelegos” devem continuar sendo tratados dessa forma, ressaltando-se sua responsabilidade pela carreira que nos foi imposta pelo governo; 4) a luta travada contra a EBSERH representa mais uma demonstração de força e resistência contra a violação dos nossos direitos - o ANDES-SN, a FASUBRA e FENASP ingressaram com ação contra a mesma.

São temas tratados nesta edição e que compõem o conjunto de princípios que apresentamos e defendemos durante o processo eleitoral para a ADUFMAT.

Boa leitura e boas reflexões!

O bosque é nosso!



Estudantes da UFMT estão revoltados com a possibilidade do Bosque da UFMT, ao lado da ADUFMAT, virar um centro de convivência para atender inclusive à interesses privados. A reitoria afirma que será construído no local, que já está cercado, um Centro Cultural e Didático, com livraria, restaurante e outras lojas. Os estudantes, que já picharam todo o cerco, afirmam que a mobilização continuará enquanto a obra não for adequada às necessidades da comunidade acadêmica e enquanto não for feita uma consulta àqueles que irão usufruir do espaço. Aliás, a estudantada quer o bosque assim como ele é, usado por muitos para passeio e leitura ou para um simples relaxamento.

Unimed 1

Após quatro meses de difícil negociação, a ADUFMAT e o Sintuf assinaram acordo com a Unimed Cuiabá, em nome de 5 mil pessoas, sendo servidores e dependentes. Em outubro do ano passado, a empresa informou que faria um reajuste de 53,78%. No mesmo mês, a seção sindical negou e propôs 9,37%, teto autorizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), para planos individuais. A ANS não interfere em negociação coletiva. Em dezembro, a Unimed voltou com a porcentagem de 26,78%. Em janeiro a ADUFMAT respondeu que realmente mais do que 9,37% seria fora da realidade. Em uma reunião entre diretorias, a empresa propôs 13%, retroativos a agosto. A categoria decidiu, após uma reunião com associados, propor desta vez 11% retroativo a janeiro. Por fim, a empresa aceitou 11%, mas retroativo a agosto.

Unimed 2

A diretoria da ADUFMAT entende que houve um importante avanço nas negociações - de 53,78% iniciais para 11% - mas agora vai colocar o assunto em pauta, não somente para refletir sobre a manutenção do plano, mas também sobre a saúde do servidor.

Auditoria

Ao tomar posse, em assembleia geral no dia 14 de dezembro de 2012, o presidente da ADUFMAT, Carlos Roberto Sanches, pediu a suspensão da aprovação das contas da seção sindical e uma auditoria. A plenária acatou a proposta do presidente. O ex-presidente, Carlos Alberto Eilert, disse que os documentos estão à disposição e não se colocou contra a auditoria. Desde então, a nova direção já ouviu a proposta de duas empresas para realizar o serviço e busca uma terceira proposta.

Auxílio-alimentação

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em novembro de 2012, o princípio constitucional da isonomia de vencimentos entre servidores federais quanto ao auxílio-alimentação. O teto comparativo foi o valor superior pago aos integrantes dos quadros do Tribunal de Contas da União (TCU). A decisão determinou que não se pode estabelecer diferenças com base no órgão ao qual o servidor está vinculado, mas apenas em virtude de critérios referentes à diferença de custos com a alimentação em cada unidade da federação, (único critério admitido pelo artigo 3º do Decreto 3.887/01). A ADUFMAT já propôs, em 2009, uma ação coletiva semelhante, que também discute a atualização do valor do auxílio-alimentação que se encontra em trâmite aguardando sentença. A Assessoria Jurídica da ADUFMAT está estudando o caso para definir a estratégia processual mais adequada para ser apresentada à Assembleia Geral.



DIRETORIA

Presidente: Carlos Roberto Sanches
Vice-Presidente: Odilson das Neves Grauz
Diretora-Tesoureira: Maria Luzinete Vanzeler
Diretor-Secretário: Robson Felipe Viegas da Silva
Diretor de Imprensa e Divulgação: Lázaro Camilo Recompensa Joseh

Diretora de Assuntos Sócio-Culturais: Gleyva Maria S. de Oliveira
Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Iva Ferreira Gonçalves
Conselho Fiscal: Juliana Ghisolfi, Sirlei Silveira, Sinthia Cristina Batista
Conselho de Representantes de Barra do Garças: Adenil Costa Claro
Representante em Sinop: Gercine Sanson
Tiragem: 1,8 mil exemplares

Jornalistas: Keka Werneck (DRT-MT 610), Mariana Freitas (DRT-MT 1701)
Fotos: Keka Werneck, Mariana Freitas e Renata Maffezoli
Revisão: Luana Soares de Souza
Endereço: Avenida Fernando Corrêa da Costa, s/nº
Campus da UFMT - Coxipó - Cuiabá-MT
Fone-fax: (65) 3661-4290 ou (65) 3615-8293
www.adufmat.org.br adufmat@terra.com.br
contato@adufmat.org.br comunicacao@adufmat.org.br

ARTIGO

Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012: a carreira e a progressão

Por Robson Felipe *



Não vamos aqui reproduzir as sensatas análises políticas a respeito da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Basta reafirmar que esta aberração que nos foi imposta pelo nefando “acordo” entre o governo que aí está e seu braço sindical oficial, personificado na inexpressiva e autodenominada federação de sindicatos, cuja alcunha é proifes (assim mesmo, em caixa baixa...), na verdade desestruturou nossa carreira e abriu caminho para a construção de um projeto de educação pública completamente alheio à luta histórica do ANDES-SN: a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

O caráter autoritário, beirando o totalitarismo, do processo de aprovação da Lei no Congresso, o apressamento no apagar das luzes da legislatura, é a marca distintiva dos “donos do poder” que se instalaram em Brasília a partir de 2003. Contudo, pessoas mais gabaritadas já fizeram e externaram essas leituras, de forma que vou me ater a aspectos “técnicos” da famigerada Lei. Na verdade, qual é o verdadeiro impacto da Lei em nossa vida funcional?

Evidente que o espaço limita nossa análise, mas vamos tentar pontuar alguns aspectos que tem sido recorrentes neste curto espaço de tempo que estamos á frente de nossa seção sindical.

A primeira observação dá conta da própria carreira. A Lei nº 12.772/2012 estabeleceu um “novo” plano de carrei-

ras e cargos de magistério federal. Do nosso interesse, a Carreira de Magistério Superior e o Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre.

A partir de 1º de março nossa carreira passa a ter as seguintes classes e níveis:

Cargo	Classe	Níveis
Professor de Magistério Superior	Titular	1
		4
	Associado	3
		2
		1
		4
	Adjunto	3
		2
		1
	Assistente	2
1		
Auxiliar	2	
	1	

A progressão entre níveis e classes continua obedecendo aos princípios de cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho.

A “inovação” é que a titulação não é mais barreira para a progressão, pelo menos até a classe de Associado, na qual o título de doutorado é exigência,

ou seja, o graduado que ingressar na carreira como Auxiliar 1, após 16 anos poderá estar na classe de Adjunto 4 sem a necessidade de nenhuma capacitação, apenas observando o interstício de 24 meses e a avaliação de desempenho.

Importante observar que para a classe de Titular é preciso possuir o título de doutor, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho, lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

Ou seja, a progressão continua obedecendo aos mesmos princípios anteriores, mas retirando-se a titulação como barreira para mudança de classe até a classe de Associado.

A partir de 1º de março os cargos de Auxiliar e Assistente serão reenquadrados na nova carreira: Auxiliar 1 e 2 passam para Auxiliar 1 e Auxiliar 3 e 4 passam para Auxiliar 2, o mesmo ocorrendo para a classe de Assistentes. Nas demais classes não há reenquadramento.

Neste primeiro momento é muito importante verificar o que está presente nas disposições transitórias da Lei:

Art. 34. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na data de 1º de março de 2013, será aplicado, para a primeira progressão a ser realizada,

observando os critérios de desenvolvimento na Carreira estabelecidos nesta Lei, o interstício de 18(dezoito) meses.

Ou seja, aos companheiros que em primeiro de março tenham completado 18 meses de interstício há a possibilidade de progressão para nível ou classe superior.

Por outro lado, o artigo 35 estabelece o reposicionamento dos professores Associados, aplicando-se somente àqueles que estavam nessa classe em 31 de dezembro de 2012. Trata-se de um reposicionamento a pedido, desde que satisfeitas às condições ali estabelecidas, não implicando, portanto em reenquadramento obrigatório ou ex officio, não existindo possibilidade de regressão de nível: os que não têm direito ao reposicionamento permanecem no nível em que estão até a próxima progressão, com interstício de 24 meses para nova progressão, excetuando-se aqueles que tenham completado 18 meses da última progressão em 1º de março.

Assim, companheiros, tratamos de uma questão mais premente, da carreira e sua progressão, em outro momento voltaremos com a questão do efetivo “reajuste” dos vencimentos que se encontra no corpo da draconiana Lei em comento.

* Robson Felipe é professor de História e diretor-secretário geral da ADUFMAT-S.Sind

Terceirização: contratos precários de trabalho dentro da UFMT

Cerca de 100 funcionários terceirizados que trabalham no Restaurante Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Hospital Veterinário e Zoológico fizeram um protesto em 18 de fevereiro em frente ao RU, para cobrar salários atrasados desde novembro, ou seja, há 3 meses. O protesto, que contou com apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da ADUFMAT S.Sind., parecia ter surtido efeito imediato. A Reitoria prometeu pagar as folhas de novembro, dezembro e janeiro dentro de 48 horas e no mesmo dia quitar o passe e auxílio alimentação. Porém, mais de um mês depois, a situação ainda é crítica. Janeiro não foi pago. E fevereiro também não. Os funcionários seguem trabalhando nessas condições.

O presidente da ADUFMAT Carlos Roberto Sanches disse que o apoio ao protesto se deve ao fato de que o Movimento Docente é historicamente contra qualquer violação dos direitos dos trabalhadores e atraso salarial é uma delas. Segundo, também é contra formas de privatização, que comprometem o

projeto de universidade federal, pública e gratuita.

Um dos líderes do movimento, que preferiu não se identificar, com medo de perder o emprego, disse que eles estão estudando uma forma de processar a Universidade e fazer outros protestos. Conforme diz, há duas empresas terceirizadas, que mantêm contratos virtuais, com eles porque não têm sede aqui em Cuiabá.

Os trabalhadores, por sua vez, não têm um sindicato que os represente e qualquer levante, contra a precarização do trabalho, tem sido feito por coletivos que se formam espontaneamente.

“Estamos trabalhando feito escravos, porque só escravos trabalham e não recebem”, reclama.

Sobre essa questão, a Pró-Reitoria Administrativa (Proad) da UFMT argumenta que realizou o pregão eletrônico nº 46/2012, visando a contratação de empresa especializada prestadora de serviços de mão de obra para atender às demandas de suas unidades, dentre elas o Hospital Veterinário, o RU e Zoológico. Venceu o certame a Empresa Seter Serviços e Tercei-

rização de Mão de Obra Ltda, firmando contrato de nº 084/FUFMT/2012. Porém a referida empresa não cumpriu com as obrigações previstas no edital, termo de referência e contrato. Inclusive quando do encaminhamento das medições mensais não foram juntados os documentos exigidos e essenciais à liquidação do pagamento, causando prejuízos e transtornos. Sendo assim, a Proad, após reunião realizada 09/01/2013, deliberou pela rescisão unilateral do contrato. Depois disso, contratou a empresa Sul América, que, na sequência da licitação tinha o direito imediato, e está executando o contrato nº 13/2013. “Com a rescisão contratual, surgiram alguns problemas com relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas e rescisórias, e a Proad tomou providências cabíveis junto ao Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Federal e Seguradora para assegurar as condições de quitação dessas obrigações”.

Sanches rebate que esse tipo de explicação não resolve nada. “O que adianta é a contratação de pessoal necessário efetivo”.

Estudantes da UFMT e advogada da ADUFMAT agredidos e insultados pela PM e pela Rotam vão processar Estado e reitoria da Universidade

Brutalidade da Rotam levanta reflexão sobre violências no *locus* da Universidade

Seis estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a advogada da Associação dos Docentes da UFMT (ADUFMAT S.Sind.), que foram detidos, agredidos e insultados pela Polícia Militar e pela Rotam durante e depois da manifestação por moradia estudantil, realizada em 6 de março de 2013, vão processar o Estado e a reitoria da UFMT. Eles denunciam a truculência policial que marcou o final do ato de trancamento da avenida Fernando Corrêa, principal via de acesso à instituição de ensino.

Fotos e vídeos mostram vários momentos de excesso das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), como um bofetão na cara desferido em um rapaz que tentava pedir calma. A força do tapa o lançou ao chão.

A Reitoria será processada porque é acusada de acionar a polícia para desbaratar o protesto. Em nota oficial, a PM reafirma que “a Reitoria da UFMT informou a PM do fato e solicitou providências”. A Reitoria nega. A Secretaria de Estado de Segurança Pública se retratou, dizendo que “por volta das 11 horas desta quarta-feira (06.03), o chefe de segurança do campus da UFMT de Cuiabá, Rubens Malcon, por orientação da prefeitura do campus, manteve contato telefônico com o comandante da Base Comunitária do bairro Boa Esperança, capitão PM Vieira, para que a Polícia Militar toma-se conhecimento que poderia ocorrer uma manifestação de estudantes” e que: “Durante a manifestação, o Centro

Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp) recebeu diversas chamadas telefônicas solicitando o desbloqueio da avenida Fernando Correa, em Cuiabá, momento em que mais equipes da Polícia Militar se deslocaram ao local da manifestação”. A PM no entanto mantém a nota original em seu site.



Ione, advogada da ADUFMAT: humilhação na delegacia



Sérvulo, estudante de Comunicação: seis para imobilizá-lo



Bruna, estudante de Agronomia: vai precisar operar a mão

Relatos dos acadêmicos

“A polícia já chegou batendo e atirando”.

Caiubi Kuhn, Estudante de Mestrado em Geologia
(Mais de 20 furos no peito, provocados por balas de borracha)

“Foi um ato de brutalidade”

Viviane Motta, estudante de Ciências Sociais e diretora do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFMT)
(Tiro de bala de borracha na virilha)

“A UFMT não é modelo em assistência estudantil. Isso é mentira da reitora”.

Sérvulo Neuberger, estudante de Comunicação Social e diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFMT)
(Alvejado com um tiro de bala de borracha na coluna e imobilizado por pelo menos oito policiais)

“Fomos amplamente reprimidos no trajeto até a delegacia. Nos chamaram de vagabundos e fizeram assédio psicológico. Falaram que iam nos matar e nos torturar. Nos deixaram trancados, por mais de uma 1h, no camburão, debaixo do sol”.

Walter Aguiar, estudante de Engenharia Elétrica e diretor do DCE-UFMT

“Isso só se resolve com cirurgia, conforme o laudo de ortopedista. O Estado provocou isso aqui; o Estado vai ter que consertar. Estou escrevendo monografia, como fico? E se for irreversível?”

Bruna Matos, estudante de Agronomia
(Lesão no 3º metacarpo da mão esquerda causada por uma bala de borracha)

Moções

A delegação dos docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) apresentou um vídeo na tarde deste sábado, 9, durante plenária do 32º Congresso do ANDES-SN, que mostra a violência cometida pela Polícia Militar (PM) do Mato Grosso contra centenas de estudantes que participavam de uma manifestação por direito à moradia estudantil, na última quarta, 6. Os delegados da seção sindical (Adufmat) propuseram uma moção de repúdio à PM e uma moção de apoio aos estudantes, ambas aprovadas por unanimidade.

Leia as moções aprovadas:

Repúdio 1

Os docentes do ensino superior reunidos no 32º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, no Rio de Janeiro/RJ, repudiam a ação violenta protagonizada pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso na tarde da última quarta-feira, 6 de março.

A polícia, por meio da Ronda Ostensiva Tática Móvel (ROTAM) agrediu e disparou tiros de borracha em um grupo de estudantes que se manifestava contra o fechamento de 50 vagas nas Casas do Estudante (CEUs) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pela ampliação da Assistência Estudantil.

O saldo da repressão foi de quatro estudantes detidos e pelo menos 10 feridos. A truculência da polícia não terminou aí e, já na delegacia, a advogada da Associação dos Docentes da UFMT (ADUFMAT), Ioni Ferreira Castro, bem como o advogado da própria UFMT, foram presos ao tentar acompanhar o depoimento dos estudantes.

Repudiamos este episódio lamentável que é um ataque ao Estado democrático de direito e às liberdades civis. Exigimos investigação e punição rigorosa dos envolvidos nesta ação violenta contra os discentes.

Apoio aos estudantes

Os docentes participantes do 32º Congresso do ANDES-SN, sediado na UFRJ, cidade do Rio de Janeiro, solidarizam-se com o DCE e entidades estudantis autônomas da UFMT que, em livre manifestação pacífica pelo direito de assistência estudantil à moradia foram brutalmente agredidos pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso a pedido do gabinete da reitoria da UFMT.

Repúdio 2

O Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT) repudia veementemente a ação do Batalhão Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam), que agrediu de forma absurda alunos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que protestavam nessa quarta-feira (06) contra fechamento da Casa do Estudante.

Além da violência arbitrária contra uma manifestação pacífica, o que justifica esse repúdio por si só, vale lembrar que o jornalista Helson França, do jornal Diário de Cuiabá, por pouco não foi atingido por balas de borracha e agredido por um policial enquanto desempenhava seu trabalho. Ele só não foi alvo da agressão, porque se identificou como jornalista.

Atitudes como essa da Rotam evidenciam traços e ranços da Ditadura Militar que ainda estão impregnados

em profissionais da Segurança Pública em Mato Grosso. E o mais grave: isso vem se repetindo ao longo dos tempos, como na desapropriação da região do Humaitá, no ano passado.

Diante de tudo isso, o Sindjor exige uma atitude rápida e enérgica do comando da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) e do governo do Estado.

Sindjor/MT

Repúdio 3

O Fórum de Direitos Humanos e da Terra (FDHT) vem por meio desta nota, expressar apoio à luta dos estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e repudiar à truculenta repressão realizada pelos policiais das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM) durante a manifestação legítima dos estudantes.

Embora quase cinquenta anos nos distancie de março de 1964, a ditadura persiste contra qualquer movimento que se oponha aos interesses da classe dominante, reprimindo com brutalidade por meio das práticas abusivas. Há mais de cento e cinquenta anos (08/03/1857) diversas mulheres também foram brutalmente assassinadas pela prática repressiva contra a autêntica luta trabalhista e feminista da ocasião.

A sociedade testemunha a polícia escamoteando a densidade da violência fazendo-nos engolir que uma bala de borracha seja menos danosa do que a de metal. Contudo, não é o tipo da matéria do projétil que perfaz o arcabouço político, já que qualquer que seja a matéria, toda violência repressiva é universalmente antiética.

É constrangedor constatar que na aurora de tantas mudanças sociais, trabalhistas ou de gênero, o obscurantismo ainda repousa nas ações da polícia, tentando criminalizar estudantes lutando legitimamente pelos seus direitos à educação, já que moradia, assistência ou acesso são também partes intrínsecas do processo educativo.

Considerando os avanços dos movimentos sociais, aqui em especial o movimento estudantil, vimos repudiar a ação violenta da ROTAM e exigir que a cidadania seja respeitada à construção dos direitos humanos e da Terra em Mato Grosso.

Cuiabá, 08 de março de 2013

Direitos Humanos e da Terra / FDHT

e entidades abaixo assinadas:

Associação Brasileira de Homeopatia Popular, **ABHP**
 Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão, **ADDC**
 Central Única dos Trabalhadores, **CUT**
 Centro Burnier Fé e Justiça, **CBFJ**
 Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, **CDHHT**
 Centro Eumênico de Estudos Bíblicos de Mato Grosso, **CEBI/MT**
 Centro Pastoral Para Migrantes, **CPM**
 Conselho Indigenista Missionário, **CIMI/MT**
 Coletivo Jovem de Meio Ambiente, **CJMT**
 Comissão Pastoral da Terra, **CPT/MT**
 Comunidades Eclesiais de Base - **CEB/Cuiabá**
 Defensoria Pública de Mato Grosso
 Escritório de Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia
 Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres, **FLEC**
 Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, **FORMAD**
 Grupo Pesquisador em educação ambiental, comunicação e arte, **GPEA/UFMT**
 Instituto Caracol, **IC**
 Instituto Humana Raça Fêmeina, **INHURAFE**
 Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, **MST**
 Movimento Nacional de Direitos Humanos, **MNDH/MT**
 Operação Amazônia Nativa, **OPAN**
 Pastoral Carcerária, **PC**
 Pastoral do Migrante
 Rede Mato-grossense de Educação Ambiental, **REMTEA**
 Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso, **SINDJOR**
 Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, **SINTEP**
 Sociedade Fé e Vida - Cáceres

Repúdio 4

A diretoria da OAB/MT vem repudiar em nome de toda a advocacia mato-grossense a atitude dos policiais militares que agrediram estudantes universitários durante o protesto nesta quarta-feira (6 de março) em Cuiabá e detiveram dois advogados em seu exercício profissional, impedindo-os de acompanhar a lavratura do Boletim de Ocorrências na delegacia.

O presidente da Seccional, Maurício Aude, a vice-presidente, Cláudia Aquino de Oliveira, o secretário-geral, Daniel Teixeira, o secretário-geral adjunto, Ulisses Rabaneda dos Santos, e o diretor tesoureiro, Cleverson de Figueiredo Pintel, estão preocupados com o despreparo dos policiais em lidar com manifestações públicas em uma época em que a capital se prepara para receber um evento mundial como a Copa do Mundo de 2014.

“Só se via ações truculentas como essa em tempos de ditadura militar. Este é um atentado violento contra o Estado Democrático de Direito. A Constituição da República garante em seu artigo 5º, a livre manifestação, a liberdade de expressão sem censura e independente de licença. Esse fato abre precedente para abusos. Não se bate em estudantes porque simplesmente estavam protestando contra algo e, pior ainda, não se detém advogados que estão exercendo a defesa de cidadãos, como aconteceu na noite passada. São atitudes lamentáveis”, ressaltou Maurício Aude.

Para a OAB/MT os fatos devem ser apurados e os policiais militares envolvidos devem ser punidos nas esferas administrativa e criminal, inclusive deve ser investigado o fato demonstrado em vídeo publicado pelo site Olhar Direto de que os referidos agentes públicos, ao se depararem com jornalistas no local do protesto, teriam retirado suas identificações dos uniformes. “Isso é muito grave. Os acadêmicos não estavam promovendo algazarras e o protesto não era violento. Os policiais, comandados por um capitão, chegaram agredindo e atirando balas de borrachas. Muitos estudantes ficaram feridos”, pontuou.

Além do presidente da OAB/MT, os presidentes do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Luiz da Penha Corrêa, da Comissão de Direito Penal, Waldir Caldas, e da Comissão do Jovem Advogado, Eduardo Lacerda, integrantes do TDP, Eduardo Guimarães, Ademar Santana Franco, Carla Rocha, e Marco Antônio e outros profissionais foram até o Cisc Planalto ontem à noite, defender as prerrogativas dos advogados.

Providências

A OAB/MT vai promover as representações devidas pedindo penalização severa e vai desagrar os advogados ofendidos. E na tarde desta quinta-feira (7 de março), a partir das 15h, serão ouvidos os advogados Ioni Ferreira Castro, da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e Marco Antônio, do TDP, que foram detidos; além de estudantes da Universidade Federal. Os depoimentos serão encaminhados para a Secretaria de Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar para as devidas providências.

O presidente do TDP consignou que a Ordem não compartilha com essa violência e está sempre pronta a defender os direitos de manifestação e de livre expressão em todas as suas formas. “O despreparo de policiais que deveriam zelar pela segurança da população é assustador. O fato não se tratava de caso de polícia e sim de garantia de direitos individuais. Esses direitos são inegociáveis e mais inegociáveis ainda são as prerrogativas dos advogados garantidas por lei federal porque sem elas o cidadão fica indefeso. Esta é a intenção da legislação ao garantir o livre acesso dos advogados a depoimentos, documentos e salas de quaisquer órgãos públicos: garantir a ampla defesa do cidadão. OABMT vai sempre estar presente onde houver descumprimento desses direitos”, finalizou Luiz da Penha Corrêa.

Após ocupação da reitoria, estudantes têm 90% das reivindicações atendidas



Comemoração pelas conquistas

Às 14h do dia 20 de março, a reitoria da UFMT foi desocupada por seus “moradores temporários”. Isso porque na noite de segunda-feira foi assinado um acordo em que a administração superior da universidade se compromete a não diminuir o número de vagas nas Casas do Estudante Universitário (CEUs), principal reivindicação que motivou o protesto de 6 de março, e ainda se compromete a tomar diversas medidas para que a Assistência Estudantil acompanhe o aumento no número de estudantes de baixa renda.

Assinado pela pró-reitora de Assistência Estudantil, Myrian Serra, que estava acompanhada de um dos assessores da reitoria, o acordo atende a 90% das reivindicações construídas pelos

estudantes nestes 13 dias em que o prédio da reitoria esteve ocupado. O movimento, organizado coletivamente, havia decidido pela desocupação caso a assinatura acontecesse.

Para a coordenadora do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Raysa Moraes, havia a possibilidade de avançar mais em relação às necessidades dos estudantes. Contudo, o fato da reitoria se comprometer a garantir tais medidas para a Assistência Estudantil deve ser considerada uma do movimento.

Casas do Estudante

Em relação às reivindicações referentes às CEUs, o termo de acordo

prevê que os estudantes que moram hoje nas cinco casas que tiveram seus contratos não renovados poderão continuar morando nelas até o dia 13 de maio. Neste meio tempo, a reitoria abrirá licitação para o aluguel de novas casas para receber estes estudantes. Desta maneira, está garantida a ocupação das vagas na CEU do campus Cuiabá por novos estudantes, aumentando assim o número total de vagas.

Outro item importante trata da construção de novas CEUs em todos os campi. Assim, além do campus Cuiabá ganhar uma nova Casa, os três campi do interior – Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis – devem ter também as suas.

Também está prevista a reestruturação interna da CEU do campus Cuiabá, que ganhará mais mobílias e ar-condicionados nos quartos. A Casa, considerada praticamente inabitável por seus moradores, tem problemas na infraestrutura.

Auxílios

Os estudantes conquistaram 400 mil reais a mais em recursos para a Assistência Estudantil, que devem ser aplicados na forma de auxílio-moradia, garantindo a permanência de centenas de alunos de baixa renda que ingressaram na UFMT pelo sistema de cotas e devem iniciar seus estudos no próximo semestre.

Quanto às bolsas, será aumentado também o valor do auxílio-alimentação recebido pelos moradores das CEUs. Estes, que recebiam apenas o adicional

de 40,00 reais, receberão também os 100,00 reais para alimentação que estudantes regulares – não-moradores das casas – recebem.

A bolsa permanência deve ser mantida com valor mínimo equiparado ao valor da bolsa de pesquisa da graduação. Como prevê o acordo, a reitoria deve apresentar em 60 dias um plano de reajuste anual de acordo com a inflação.

Os Centros Acadêmicos devem se organizar para enviar à PRAE uma relação de itens necessários à estrutura básica do curso. Com essa relação, a pró-reitoria irá elaborar o Auxílio Pedagógico, que consiste em livros, microscópios, laboratórios etc. que são necessários para o bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Restaurante Universitário

O caráter público do Restaurante Universitário (RU) deve ser mantido, bem como seu preço, 1,00 real. A PRAE se comprometeu também a solicitar mais nutricionistas para garantir, a partir de 2014, a abertura do RU aos fins de semana e feriados para atender aos estudantes que vieram de outros Estados e não têm condições de se alimentar bem quando o restaurante fecha.

Os vegetarianos que estudam no campus de Cuiabá podem começar a comemorar. O cardápio vegetariano passará a ser servido a partir de agosto, junto com o suco. Outro item acrescido ao cardápio diário do RU é o café-da-manhã a 0,25 centavos.

Estudantes presos pela Rotam são tratados como réus em processo judicial

Em audiência realizada na manhã do dia 19 de março, os seis estudantes detidos pela Polícia Militar se encontraram em uma situação, no mínimo, absurda. Foram tratados como réus em um processo que os culpa por terem sido presos pela Ronda Ostensiva Tática Móvel (ROTAM) no dia 6 de março, quando faziam manifestação pacífica pelo direito à moradia.

O processo, aberto pelos policiais que os prenderam, os incriminava por “resistência, perturbação ao trabalho e lesão corporal leve”. Mesmo apanhando e sendo presos por exercerem a liberdade de manifestação, os estudan-

tes viram os policiais em situação de vítimas. A intimação - Termo de notificação de audiência – foi entregue no próprio dia da prisão, na delegacia.

Os estudantes foram acompanhados pela advogada da ADUFMAT-S.Sind., Ione Ferreira Castro e pelo professor da faculdade de Direito da UFMT, Henrique, enviado pela instituição, que tentou convencê-los a aceitarem a pena proposta pela juíza.

Para responderem por seus “crimes”, foi oferecida uma transação penal de prestação de serviços, ou seja, trabalho voluntário, que consistia em cinco meses de prestação de serviços

uma vez por semana durante quatro horas diárias.

A oferta foi recusada pelos estudantes por entenderem que são vítimas do procedimento criminal. Dessa maneira, houve a redesignação de nova audiência. Assim, será marcado um novo encontro entre policiais (acusadores) e os estudantes (réus), com seus respectivos advogados.

“Há a possibilidade de mudar a pena, que pode ser até aumentada”, explicou o estudante de Comunicação Social Sérvulo Neuberger, um dos “acusados”. “Os policiais, que estavam presentes na audiência, aceitaram a

redesignação, porém, quando perguntados se queriam correr com o processo, afirmaram que sim”.

Os estudantes se reunirão na quinta-feira com a Corregedoria da PM para abertura do inquérito contra os policiais que os agrediram. Após a abertura deste processo interno, devem processar o Estado porque os policiais Alexssandro Marcondes Freitag, Edvandro de Oliveira Pereira Leite e Wittenberg Souza Maia, que abriram o processo, agiam sob sua ordem, nas figuras do governador e da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Pesquisadores reprovam abordagem desastrosa

Arbitrária, reprovável, lamentável. Assim a professora Vera Bertolini, pesquisadora do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher e Relações de Gênero (Nuepom) e Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Vivência (Procev) da UFMT, define a ação da Rotam contra os estudantes em manifestação pela assistência estudantil. Para ela, o que aconteceu naquele protesto – apesar de ter ocorrido 48 horas antes do Dia Internacional da Mulher – independe da questão de gênero, embora muitas estudantes tenham sido agredidas. “Essa violência se aplica a todo aquele que afrontar o Estado. Que bom que tinham mulheres lá e que muitas até protagonizaram a luta, mas ali ia apanhar todo mundo, exceto se fosse algo da elite. Daí não tenho dúvida que seria diferente”.

A forma violenta como a polícia reagiu remete, conforme Vera Bertolini, ao período de Ditadura Militar, quando era feita perseguição insistente aos membros da União Nacional dos Estudantes (UNE).

“E como mudar isso? Desmontando a ideia de que movimento estudantil é bagunça. Estudantes são, na verdade, sujeitos críticos e de direitos”.

Para o sociólogo Naldson Ramos, professor da UFMT e pesquisador do Núcleo Interinstitucional de Estudo da Violência e da Cidadania (NIEVICi), se manifestar publicamente é direito constitucional. Portanto, “é lamentável que se chame Bope e Rotam para resolver uma manifestação de estudantes que não estavam ali armados com paus e porretes, mas sim com cartazes e palavras de ordem”.

Para o sociólogo, porém, ali havia dois direitos constitucionais em conflito: o direito a manifestação e o direito dos transeuntes e dos motoristas de ir e vir. “A meu ver, os dois direitos são legítimos. Então, você tem que fazer um consenso, não ficar contra o lado mais fraco para favorecer a maioria. Caberia desviar o trânsito e negociar um tempo de duração da manifestação. Não era preciso dissolver isso a balas de borracha ou com força. Era preciso insistir na negociação, que, se houve, teve uma duração muito pequena e que não produziu efeito”.

Em carta à reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, o pesquisador se posiciona reforçando o “inquestionável e inalienável direito de manifestação em espaço público”. Diz ter passado no local e não viu “excessos de ambas as partes (estudantes e policiais)”. Sugere, na carta, que a gestão da UFMT desminta que acionou a PM, para evitar desgaste. Considera abuso os disparos de balas de borracha. Explica que a Rotam serve para atuar em fatos onde há risco de vida, de pessoas ou patrimônio público ou particular. Além disso, destaca o direito de ir e vir, mas sugere o desvio de rota ao invés dos disparos. Condena o uso da força para coibir movimentos sociais e sugere que a UFMT cobre providências do governador Silval Barbosa (PMDB) e dos seus subordinados no sentido de identificar de onde partiu a ordem para dispersar a manifestação à bala.

Mordaça e violência

A professora de Ciência Política na UFMT Juliana Ghisolfi destacou a correlação entre situações semelhantes que se repetem na Universidade por conta da truculência da reitoria, da polícia e do sistema. Primeiro, lembrou da adesão ao ENEM como porta única de ingresso na Instituição, goela abaixo, através de *ad referendum*, um expediente ditatorial, usado pela reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, em maio de 2009. “Isso implica na vinda de muitos estudantes do interior e até de fora do Estado”, destacou a professora. Porém, a Universidade não se preparou adequadamente para receber tantos alunos a mais. Ghisolfi lembrou ainda o caso do universitário africano Toni, assassinado em 22 de setembro de 2009 e que não tinha assistência estudantil. A UFMT também é acusada de ter sido omissa no caso Toni. “Essa reitoria é assim, não ouve estudante, não ouve professor, não escuta ninguém. Acontece que há interesses muito maiores em jogo, é uma disputa de poder”.

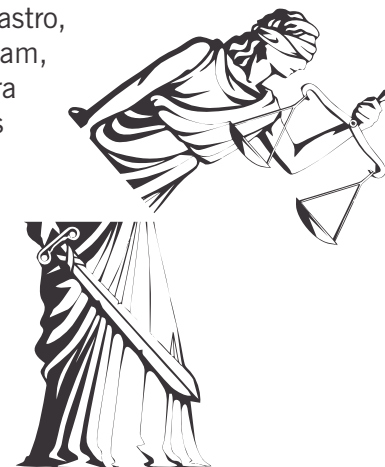
O presidente da ADUFMAT S.Sind., Carlos Roberto Sanches, destacou ainda que a reitoria também não ouviu a comunidade acadêmica quando decidiu construir um centro de socialização no bosque da UFMT, atendendo a interesses privados. Também não ouviu ninguém quando aprovou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), para administrar o Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM), assim como mantém essa polícia despreparada fazendo a segurança no campus. “Com essa política e essas práticas antidemocráticas, o Governo Federal sepultou a carreira dos professores das universidades federais, acabou com nossa carreira, também porque há representantes internos que aceitam esse tipo de jogo. Mas estamos aprendendo com os estudantes que é possível reagir contra isso”.

Afronta à advocacia

A advogada da ADUFMAT S.Sind, Ione Ferreira Ferreira Castro, afirma que, ao acompanhar os estudantes agredidos pela Rotam, foram desrespeitadas prerrogativas que sua categoria tem para exercer a profissão, como o direito de acompanhar os clientes na lavratura do Boletim de Ocorrência. “Bati na porta para saber como estavam os estudantes, quando um mastodonte me mandou calar a boca e fechou a porta na minha cara. Mas quando eu ouvi um policial gritando que ia meter a mão em um aluno eu bati novamente, até porque os estudantes estavam lá dentro junto com dois presos fugitivos e um traficante. Mas, por ironia, só os estudantes estavam algemados; os outros não. Na hora que o policial ia fechar a porta novamente na minha cara, eu coloquei o pé e ele quebrou a porta em mim e falou que eu estava presa por desacato e por lesão ao patrimônio público. Foi me mandando entrar e me jogando em cima da mesa. Me fez tirar tudo – brincos, anéis e deixar até a bolsa. Quando estava me qualificando, me pediu documentos e eu disse que não estava comigo. E ele retrucou: ah, então a senhora anda por aí sem documentos? Respondi que os documentos estavam lá fora, na bolsa. Olha a estupidez! Então, eu sou a prova viva do despreparo desses policiais. Eles têm preparo físico, mas não mental. Estavam no protesto para manter a ordem, mas eles que promovem a violência. Agora eu pergunto: esses PMs é que vão lidar com a gente na época da COPA? E nem digo somente na época da COPA, porque esses jogos serão passageiros. Pergunto se são esses PMs que estão andando aqui dentro da universidade? Como que pode isso?” – declarou, indignada.

Um outro advogado criminalista, Marco Antônio, foi detido junto com ela, simplesmente por reforçar a prerrogativa que o advogado tem de acompanhar o cliente.

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso emitiu nota de repúdio à truculência policial.



Assistência estudantil?

A causa do protesto dos acadêmicos é a falta de assistência estudantil na UFMT. Hoje o programa de moradia para universitários, que se chama Casas do Estudante Universitário (CEU), engloba cinco residências com 50 vagas ao todo. Acontece que a Universidade construiu uma casa dentro do campus de Cuiabá, com 64 vagas. No entanto, sem avisar formal-

mente aos contemplados, rescindiu os aluguéis, na intenção de transferir todos para o prédio recentemente inaugurado.

A UFMT emitiu nota garantindo que não falta assistência estudantil na UFMT. “O número de estudantes assistidos na UFMT, nos últimos quatro anos, saltou de menos de 7% para 50% em todos os seus progra-

mas”. Porém, na própria nota, reconhece que ainda falta sim retaguarda estudantil. “Apesar de todos esses avanços, a administração se organiza para ampliar ainda mais o número de vagas em Cuiabá e nos campi do interior”.

Representando os discentes que moram nas casas estudantis, a universitária Laís Caetano afirma que vai sim faltar vagas. “Nós somos 50 e já tem gente com vaga garantida na casa nova. Isso sem falar nos 635

calouros de baixa renda que estão para entrar no próximo semestre”.

O fato é que a própria Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reconhece que as instituições de ensino superior federais do país precisam de um incremento de R\$ 1,4 bilhão no orçamento dedicado à assistência estudantil para atender a demanda da rede.

Portanto, falar em modelo em assistência estudantil, na atual conjuntura, é fantasia.

Reitoria ignora Audiência Pública com estudantes



Auditório lotado: administração ausente

A reitoria ignorou a audiência pública realizada pelos estudantes da UFMT na tarde do dia 14 de março, no Auditório do CCBS 3, e não mandou representante. A audiência foi convocada para a comunidade acadêmica discutir o problema da assistência estudantil e principalmente a moradia, que motivou o ato de trancamento da avenida Fernando Corrêa, no dia 6 de março, ter-

minando com a abordagem violenta da Rotam, amplamente divulgada e questionada na imprensa. Os estudantes foram preparados para apresentar uma proposta para um acordo com a reitoria, inclusive na direção da desocupação do prédio.

O estudante de mestrado Caiubi Kuhn mostrou dados questionando a expansão da moradia estudantil da

UFMT. Além disso, apresentou o folder de campanha da reitora Maria Lúcia Cavalli Neder, que apresenta um crescimento de 83 vagas em 2008 para 189 em 2012. “Agora ela diz que aumentou para 124 vagas, quer dizer, não batem os dados”.

Ele também destacou um comentário, na opinião dele absurdo, feito no facebook pela pró-reitora Elizabete Mendonça sobre a violência policial contra os estudantes da UFMT. Ela disse: “Crianças brincam com fogo, logo se queimam e depois vão chorar no colo da mamãe”.

“Agora vocês me dizem. Diante da gravidade do que aconteceu. Isso é fala aceitável de uma pró-reitora?” – indagou Caiubi.

O estudante de Comunicação Social Sérvulo Neuberger destacou que a nova casa do estudante é “uma caixa de fósforo” e que a reitoria tem maquiado os problemas identificados pelo Movimento Estudantil na residência após o ato violento. Um laboratório de informática foi instalado, porém, ainda há pia despencando. “A

gente mal entrou na casa e ela já está desabando”.

Sérvulo ainda afirma que os R\$ 300,00 de apoio estudantil é muito pouco para a manutenção mensal do estudante. Essa é a chamada bolsa permanente. “Não é verdade o que a reitora diz que tem gente recebendo até R\$ 1.200,00. Levanta a mão aqui quem recebe isso”. Ninguém levantou e foi uma gargalhada geral.

O presidente da Adufmat-S.Sind. Carlos Roberto Sanches disse, ironicamente, que, do jeito que a situação tem sido apresentada pela reitoria, parece que a UFMT é um oásis e que os alunos têm até direito a banho de piscina e colinho de mamãe. Ele destacou, porém, que a verdade é que a política educacional, de modo geral, do Governo Federal tem aniquilado as universidades do país. “Tem a violência física, como a gente viu com a abordagem policial, mas tem também a violência política, que está por exemplo acabando com a carreira docente e isso faz parte do desmonte da universidade pública”.

Cresce a mobilização para a Marcha do dia 24 de abril

Mais de 30 entidades nacionais e 20 organizações estaduais e movimentos sociais confirmam participação na Marcha

Mais de 50 organizações, entre entidades nacionais, estaduais e movimentos sociais, confirmaram participação na grande Marcha do dia 24 de abril, que será realizada em Brasília. A expectativa é que a atividade seja ainda maior que a realizada em 2012, inclusive com maior representatividade e participação de trabalhadores de outros estados. O ANDES-SN reafirmou o compromisso durante o 32º Congresso do Sindicato Nacional, realizado no início de março no Rio de Janeiro, e intensificou os esforços para a marcha a partir do evento.

“O ANDES-SN coloca como prioridade a organização e participação na Marcha do dia 24 de abril, que está sendo articulada pelo Espaço Unidade de Ação em um momento de ataques à classe trabalhadora como a reforma sindical, Lei de Greve, Acordo Coletivo Especial (ACE), entre outros”, destaca a presidente do ANDES-SN, Marinalva Oliveira. Ela ressalta ainda a importância de se obter número expressivo de

participantes no dia 24 de abril, para mostrar ao Governo a reação das categorias e demais movimentos contra os direitos dos trabalhadores.

A presidente conta ainda que o ANDES-SN, por meio das Seções Sindicais e das Secretarias Regionais, está organizando em cada estado a mobilização para o dia 24 de abril. “Estamos empenhados em fortalecer a unidade da classe trabalhadora. O ano de 2013 será de grandes mobilizações e reações a qualquer forma de retirada de direitos dos trabalhadores e vamos iniciar as atividades com uma grande marcha a Brasília unindo todos os setores da classe trabalhadora, estudantes e movimentos populares”, afirma.

Para o coordenador da CSP-Conlutas, José Maria de Almeida, a Marcha é importante visto que possibilitará a junção de forças na defesa de bandeiras comuns e na construção de um polo de resistência que, segundo ele, é primordial. “O processo que estamos construindo tem uma

capacidade de aglutinação que vai além da CSP-Conlutas. É importante que todos os sindicatos participem independentemente de centrais sindicais e filiações políticas. Todos que quiserem lutar são bem vindos e estão convidados para compor a unidade na luta”.

Zé Maria esclarece ainda que a marcha não se resume ao dia 24. “Há todo um processo que prevê a realização de plenárias nos estados, juntando as entidades e agitando a base, que antecede à Marcha. A mobilização em Brasília acontecerá para dar continuidade aos trabalhos”, explica.

Mobilização

Segundo o coordenador da CSP-Conlutas, na última reunião do Espaço de Unidade de Ação, realizada dia 19 de março na Condsef, movimentos do campo, que lutam pela reforma agrária, também aderiram à Marcha. Outras cinco confederações nacionais, além da CNTA que havia firmado

compromisso anteriormente, também confirmaram presença. “Há uma mobilização importante dos sindicatos e movimentos de todo o país para potencializar o envio de delegações a Brasília no dia 24, que resulta em um processo de agregação muito significativo”, conclui.

Além do ANDES-SN, participaram do encontro a CSP-Conlutas, CNTA, MST, Condsef, CPERS, FNTIG, Fenasps, Fasubra, Sinasefe, Cobap, “A CUT Pode Mais”, Sepe-RJ, Intersindical, entre outras. Também esteve presente uma representação de federações e movimentos de luta pela terra do DF e Entorno e o movimento Resistência Urbana e Camponesa do Piauí.

A concentração para a marcha está prevista para o espaço em frente ao Ginásio de Esportes Nilson Nelson, com chegada das caravanas marcada para 7h. A próxima reunião foi agendada para dia 2 de abril, às 10h, na sede da Condsef.

Fonte: ANDES-SN

PROFESSORES EM MOBILIZAÇÃO PERMANENTE

Congresso prioriza luta por educação pública, gratuita, condições dignas de trabalho, salário, carreira e fortalecimentos do Movimento Docente



No primeiro congresso nacional após a histórica greve de 2012, professores aprovam plano de lutas para 2013



Er am 71 seções sindicais de todos os Estados do país, sendo 355 delegados e 111 observadores, 3 convidados, 35 diretores nacionais e 17 jornalistas, totalizando 521 participantes do 32º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Realizado no campus do Fundão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Congresso durou de 4 a 9 de março, uma semana de debates que começavam de manhã e terminavam à noite, com destaque para o último dia, que foi encerrado às 6h após uma madrugada virada em votações de aprovações e rejeições de resoluções importantes para o Movimento Docente (MD).

O tópico de discussão onipresente foi a greve de 2012, a maior e mais longa da história das federais. Seus efeitos eram sentidos pelos mais experientes no movimento. O lado negativo era a urgência em pensarem maneiras de reverter a aprovação do Projeto de Lei nº 4368/12, que desestrutura a carreira em nome do mérito e do produtivismo. As consequências positivas eram a visível renovação do movimento, com o engajamento de novos professores e a retomada de outros que há tempos haviam se afastado da luta, efeito percebido em uma enquete feita em plenária. Os professores novos eram esmagadora maioria presente.

E foram esses professores, que conheceram a política educacional do Governo Federal da pior maneira, sua intransigência nas negociações, ignorando os apelos e propostas do ANDES-SN, que pegaram para si a tarefa de pensar, debater e sistematizar o plano de lutas que as diretorias do Sindicato Nacional e de suas seções sindicais devem empreender até o próximo

congresso. Reiteraram que a greve é um direito de todos os trabalhadores e qualquer iniciativa de cerceá-lo deve ser combatida, sendo que a paralisação como instrumento de pressão deve ser usada quando necessário, pois é ainda a forma mais eficaz de pressionar Governo e empresários quando estes se negam a dialogar com as categorias.

A questão da carreira, segundo eles, demandará a retomada e intensificação da luta a partir do projeto construído pelo Movimento Docente ao longo dos anos, bem como a atualização das estratégias de negociação e das iniciativas políticas. Para isso, o ANDES-SN deve articular-se com entidades como o Sinasefe, ANDIFES, CONIF, CONSCAP e CODETUF⁽¹⁾, pressionar parlamentares federais a partir das Associações Docentes nos Estados em busca de apoio para o movimento e também as lideranças partidárias, presidentes das Comissões de Educação e de Serviço Público na Câmara e no Senado.

Toda essa mobilização será custeada pelo Fundo Único de Solidariedade, Mobilização e Greve, criado na plenária que trata das finanças, integrando os três fundos já existentes no sindicato. Sua função será cobrir gastos com futuras campanhas, paralisações, marchas e outros movimentos que os docentes venham a encampar.

Luta conjunta: os Servidores Públicos Federais e a unidade da classe trabalhadora

Com o tema “Conjuntura e Movimento Docente”, a segunda plenária do congresso defendeu a busca da unidade dos trabalhadores, a volta do movimento a ação prática e retomou o debate da divisão entre a Central Sindical e Popular-Conlutas e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em plenária deliberativa posterior, foi decidida pela manutenção da filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas, com apenas 7 votos contrários.



Plenária cheia indica força da categoria

A cisão entre os defensores da CSP-Conlutas e os da CUT reside na postura destas entidades frente às políticas do governo, seja em relação às reformas na educação, planos assistencialistas ou privatizações. A diretoria do ANDES-SN e a imensa maioria dos professores por ele representados acreditam que a aprovação do plano de carreira acordado com o Proifes e rechaçado pelas bases é a grande manobra que prova de que lado está a CUT. “A desfiliação à CUT não foi comemorada porque foi uma derrota da classe trabalhadora, mas o resultado da greve de 2012 nos mostrou que devemos nos manter na Conlutas”, defendeu Marina Barbosa, ex-presidente do Sindicato Nacional.

Em outro momento, a Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESF) foi aprovada como espaço organizativo de luta dos servidores públicos, indicando que as seções sindicais se articulem em âmbito local com as demais entidades da coordenação. O Sindicato Nacional proporá ainda que o CNESF implemente calendário e campanha que consolidem a unidade política destas entidades, exigindo a negociação coletiva no setor público a partir da coordenação, colocando em prática as determinações da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Entre os demais pontos aprovados em relação aos servidores estão: a exigência de cumprimento por parte do

governo dos acordos firmados e não cumpridos; o repúdio a qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição do 1º de maio como data-base para início das negociações salariais dos SPF; e política salarial permanente com reposição inflacionária.

Professores vão às ruas protestar



Atos para dialogar com a sociedade

Dois atos públicos estavam previstos na programação do 32º Congresso. O primeiro foi realizado no segundo dia

de evento, terça-feira, 5, e organizado pelo Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública/RJ. A estimativa da diretoria do ANDES-SN é que cerca de 5.000 manifestantes tenham feito parte do protesto.

Com um roteiro típico de manifestações públicas no Rio, a marcha se concentrou na Igreja da Candelária e seguiu, às 18h, para a Avenida Rio Branco, terminando na praça da Cinelândia, em frente ao Teatro Municipal. A diversidade de bandeiras era visível, e diversos grupos políticos de trabalhadores e estudantes se fizeram representar nessa marcha que chegou a ter mais de 1km de extensão.

A defesa ao caráter público da educação foi feita a partir da lembrança de um cenário que envolve a falta de investimentos no setor, em oposição ao massivo apoio a obras preparativas para os megaeventos Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Em coro, a indignação dos manifestantes era expressa no grito: “é ou não é, piada de salão, tem dinheiro para a Copa, mas não tem pra educação”.

“Essa marcha é extremamente importante porque o ANDES-SN construiu uma proposta de universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, que estamos debatendo no Congresso”, disse o professor Waldir Bertúlio. “E nós estamos enfrentando hoje a maior agressão por parte do governo Dilma Rousseff com a mercadoria saúde, a mercadoria educação, que neste momento está sendo denunciada aqui por mais de 50 entidades. Um sucesso absoluto”.

Já o segundo ato foi realizado no quarto dia de congresso, quinta-feira, 7, em frente ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da UFRJ, contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A proposta era dialogar com os trabalhadores e alunos sobre as consequências da adesão aos serviços desta empresa, que é considerada uma forma de privatização da gestão dos HUs de todo o país. Com um carro de som,

representantes das organizações de docentes, técnicos e estudantes, bem como de fóruns em defesa da saúde pública e dos HUs, falaram a respeito da Ebserh.

Abrindo as intervenções, a presidente do ANDES-SN Marinalva Oliveira defendeu que o papel da Ebserh será atender mais pacientes com menos qualidade. “Uma política do governo federal, que é uma empresa de direito privado, que vai acabar destruindo tudo aquilo que os HUs tem feito de melhor, que é conectar ensino, pesquisa e extensão, e vai contratar os técnicos-administrativos, quebrando o RJU e tirando a estabilidade destes profissionais. A Ebserh vem apartar os hospitais universitários das universidades, retirando esse patrimônio público da sociedade”, finalizou.

“Os reitores e órgãos dirigentes estão caindo em uma chantagem na qual o governo retira as verbas e remete para a empresa no sentido de afirmar que, se os reitores quiserem manter os hospitais, o único caminho é a adesão à Ebserh”, argumentou o presidente da Adufrj, Mauro Iasi. “Qual é a mágica de uma empresa gerindo um hospital, que não possa ser feita por órgãos públicos? É poder demitir e contratar na hora que bem entender para a saúde financeira da administração, que é a lógica dos hospitais privados. É a lógica da venda de serviços”.

Já para a representante da Frente em Defesa dos Hospitais Universitários da UFRJ e diretora da Adufrj-S.Sind, Fátima Siliansky, “para entregar o patrimônio público e transformar o hospital universitário em balcão de negócios as grandes empresas de plano de saúde do Brasil, financiadoras da campanha de Dilma Rousseff, apresentam um plano para transformar o SUS em uma grande espaço para capitalizar empresas de saúde. Ao invés de expandir o Sistema Público, subsidiam os planos de saúde para que eles possam ampliar sua cobertura nacional para as classes C e D”.



Delegação leva contribuições e reflexões de Mato Grosso

Grupos minoritários e Comissão da Verdade

Repudiar formas de discriminação como a homofobia, racismo, xenofobia, machismo, lesbofobia e transfobia, integra parte da luta de enfrentamento ao capital por parte de um sindicato classista como o ANDES-SN. Esse foi o entendimento majoritário dos delegados durante a plenária de Políticas Sociais. O primeiro texto de resolução aprovado pelos congressistas na quinta tratava da luta contra essas formas de discriminação.

Uma mudança nas discussões foi percebida pelos mais experientes. De acordo com o professor Alexandre Machado, delegado pela Adufrmat-S.Sind., se antes o debate centrava-se na questão da reforma agrária, hoje a luta contra a homofobia torna-se mais importante. Inclusive, foi incluído no nome do Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe referência a este tipo de opressão.

Outra resolução importante foi apresentada pelo professor Waldir Bertúlio, delegado pela Adufrmat-S.Sind., e trata do engajamento do ANDES-SN na luta em defesa dos povos indígenas e quilombolas. Foi

defendida também por docentes das seções sindicais do Maranhão, Mato Grosso do Sul e de outros Estados que possuem grande número de terras demarcadas. Sua aprovação marca o momento que o Sindicato Nacional passa a debater e se inserir nesse tipo de luta, a partir deste mesmo Grupo de Trabalho.

Também foi aprovada a criação de uma Comissão da Verdade paralela ao órgão do governo para investigar crimes da ditadura. O objetivo é trabalhar junto a outros movimentos sociais que têm a mesma iniciativa para contribuir com as pesquisas em relação ao assunto e fortalecer as iniciativas de preservação da memória das vítimas.

⁽¹⁾ **Sinasefe** - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Condicap - Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica

Codetuf - Conselho das Escolas Técnicas das Universidades Federais

Outros pontos importantes aprovados:

- A centralidade da luta do ANDES-SN para 2013 será: “Defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho dignas, salário e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-Sindicato Nacional e a unidade classista dos trabalhadores”.

- Auxílio financeiro mensal à Auditoria Cidadã da Dívida e à Escola Nacional Florestal Fernandes (ENFF), centro de

educação e formação idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A escola, criada em 2005, oferece cursos aos trabalhadores rurais voltados para a produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos.

- O Fundo Único de Solidariedade, Mobilização e Greve servirá também para ajudar diretores de seções sindicais que sofram demissões arbitrárias ou sem justa causa, que tenham seus salários total ou parcialmente retidos ou dias de trabalho descontados, principalmente em função de retaliações políticas por suas atuações no Movimento Docente.

- As políticas educacional que promovam a transferência de verbas do Estado para a iniciativa privada, a expansão sem qualidade ou o sucateamento da educação pública foram rechaçadas, a exemplo do REUNI, Prouni, Pronatec e Reforma Universitária. Foi aprovada também a iniciativa de realizar pesquisas sobre o ENEM/Sisu e dossiês sobre a estrutura física das universidades.

- Durante os debates, os delegados do congresso aprovaram texto que rejeita a criação, pelo governo, do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes). O tema deve ser discutido nas bases, especialmente em relação às consequências

dessa agência reguladora. Foi deliberada a realização de uma mobilização nacional contra a criação do Instituto, dentro das universidades, promovendo atos, seminários, distribuição de panfletos, entre outras atividades.

- Questões de ciência e tecnologia, questões agrárias, ambientais e urbanas também foram tratadas. Os delegados aprovam lutar contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (PL 2.177/2012), ampliar a luta junto às comunidades tradicionais pela preservação e reconstrução de seu conhecimento tradicional e seu território, entre outros itens relacionados à temática.

UFMT, o laboratório do MEC

Instituição foi uma das primeiras a adotar as concepções de universidade do MEC

Desde 2006 a Administração Superior da UFMT direciona sua gestão para que a instituição seja uma das primeiras a se prontificar a aderir às políticas educacionais do governo. A reestruturação feita nos campi do interior neste mesmo ano é o primeiro exemplo em uma história que envolve falta de diálogo com a comunidade acadêmica e resistência por parte de trabalhadores e estudantes.

A história, no entanto, nos remete à Bahia, e ao reitor da sua Universidade Federal, Naomar de Almeida Filho. Inspirado, segundo o próprio, no plano diretor de implantação da UNB, elaborado por Anísio Teixeira. A apresentação aconteceu em dois seminários: um em dezembro de 2006, na UFBA em Salvador/BA, outro em março do ano seguinte na UnB.

Ali foi apresentado o projeto que viria a ser o embrião do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A proposta implicava uma transformação radical da atual arquitetura acadêmica para torná-lo compatível tanto com o Modelo Norte-Americano quanto com o Modelo Unificado Europeu.

O “ambicioso” objetivo seria atingido por uma profunda reformulação curricular. A divisão como conhecemos hoje mudaria e teríamos os chamados Bacharelados Interdisciplinares (BI) de três anos. Já a versão de Timothy Mulholland, ex-reitor da UnB, propõe um bacharelado em Ciências ou Humanidade, com duração de dois anos, mais três anos de BI. Mulholland teve o mandato cassado por improbidade administrativa após 15 dias de intensa ocupação da reitoria pelos estudantes.

A primeira a aderir

Ainda em 2006, quando os primeiros esboços do projeto foram apresentados, os campi da UFMT de Sinop e Médio Araguaia aderiram a algumas propostas. Contudo, as mudanças completas na estrutura acadêmica para que chegassem ao modelo da Universidade Nova não chegaram a se concretizar. Foi feita a reestruturação administrativa, fazendo com que desaparecessem os departamentos como conhecemos em troca de institutos.

No campus do Médio Araguaia, por exemplo, existem os Institutos de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Humanas e Sociais. Os cursos ofertados pertencem a eles e possuem um coordenador cada, desaparecendo o cargo de chefe de departamento, responsável por gerir a parte que cabe aos docentes de determinada área de conhecimento dentro destas grandes áreas.

Eliel Ferreira da Silva, antigo professor do departamento de Letras e hoje pertencente ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Médio Araguaia, acompanhou o processo e garante que a maioria dos colegas ficou insatisfeita com a mudança. “A expectativa sempre foi termos dois professores na gestão e os técnicos-administrativos, mas, para não contratarem mais, fizeram o que chamaram de reengenharia”, explica. “Tanto que temos pouquíssimos concursos para servidores técnicos”.

Outra consequência negativa da reestruturação foi o acúmulo de função pelos professores que se dispõem ocupar as coordenações. Além de cumprir a carga horária da docência, tocar projetos de pesquisa e extensão e orientar alunos, eles têm de atender a uma imensa demanda burocrática de gestão. “É muito normal ver professores trabalhando mais de 12 horas por dia para dar conta de tudo”, diz Silva. “E a gratificação que eles recebem não vale o trabalho”.

A partir disso, o cargo de coordenação se torna indesejado pelos professores. Há relatos de que isso ocorre também no campus de Cuiabá, que mantém a estrutura original, no entanto, ali a rejeição é maior. As eleições para este cargo quase nunca têm dois candidatos e a tendência é que os professores cada vez mais jovens, recém-íngressos na universidade, acumulem tais funções.

Parte das decisões que deveriam ser tomadas por um chefe de departamento, ou mesmo pelo coordenador, passam a ser centralizadas nos colegiados dos cursos. Isso acarreta uma demanda de reuniões intensa, que toma grande parte do dia dos docentes que a eles pertencem. “Temos reunião quase todo dia, na verdade, é praticamente todo dia mesmo”, conta o professor. “Cada processo que precisa ser julgado passa por uma dessas reuniões e muitas vezes as decisões poderiam ser tomadas pelo próprio coordenador”.

Ainda não foi feita uma avaliação formal deste processo, que já se estende há sete anos. À época da aprovação desta reestruturação, docentes, estudantes e técnicos tentaram abrir diálogo com a reitoria e se posicionaram contrários às mudanças. Mas os esforços e protestos foram em vão. Eliel também estava lá: “foram medidas que, quando foram definidas, não adiantou gritar, esguelar. Éramos maioria e éramos oposição, mas a política veio do Governo Federal, do MEC e foi aplicada pela reitoria”.

O reitor da UFMT na época era Paulo Speller, hoje é reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma das 14 novas Universidades Federais criadas no mandato de Luís Inácio Lula da Silva, todas seguindo este novo modelo.

Da Universidade Nova ao Reuni

A proposta de instituir Bacharelados Interdisciplinares (BI) sofreu duras críticas de reitores que reivindicavam financiamento público para a realização das metas de expansão e reestruturação destas instituições. O Programa Reuni, portanto, é a Universidade Nova com (pouco) financiamento público condicionado ao estabelecimento de metas expressas em um contrato de gestão.

Instituído por decreto em 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) possui, em sua concepção, a mesma essência do projeto da Universidade Nova. Já no inciso 1º, decreta: O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Também, criticando o que o governo chama de “profissionalização precoce e especializada”, o Reuni institui a atualização das políticas elaboradas pelo Banco Mundial para os países da periferia do capitalismo que expressam a concepção de educação para estes países: adaptação e difusão de conhecimentos.

A professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Kária Lima, em artigo sobre a política educacional do governo, analisa as bases de fundamentação teórica e política do Reuni, encontrando como referência a reformulação da educação superior europeia denominada “processo de Bolonha”, que tem seu início em 1999 e prossegue no início do novo século “com a finalidade de construir um espaço europeu de educação superior até o ano 2010, através da adoção de sistema de graus comparável; de um sistema baseado, essencialmente, em ciclos e da promoção da mobilidade de estudantes”.

O Reuni não foi, contudo, uma imposição às Universidades Federais. Em “respeito” à Autonomia Universitária, o Reuni foi proposto aos reitores, que poderiam, após votação de seus respectivos Conselhos Universitários, aderir ou não ao Programa. O Reuni foi “oferecido” aos gestores. A adesão seria recompensada com R\$ 2 bilhões em financiamento para as universidades custearem tamanha reestruturação – aumentarsalas (visto que dobrariam o número de alunos), comprar equipamentos, construir prédios etc. No entanto, aquelas universidade que não ade-

rissem ao programa não teriam direito a esse financiamento, mesmo comprovando a necessidade de reformas na estrutura física ou aquisição de equipamentos.

O mais grave do Reuni não é de cunho físico. É o aumento da força de trabalho de docentes e técnicos que não foi prevista pelo Programa, sobrecarregando os servidores públicos destas instituições. Além de dobrar o número de trabalhos e provas a corrigir, orientações e a dedicação cotidiana aos alunos, professores enfrentam acúmulo de cargos administrativos, pós-graduação, pesquisa e extensão. Proporcionalmente, a qualidade do trabalho e a saúde dos docentes diminuí.

Também em relação ao Reuni, a UFMT foi uma das primeiras a aderir. Ainda em 2007, logo que o decreto foi assinado, os debates acerca do Programa começaram. Promovidos pelas entidades representativas dos segmentos estudantil, docente e técnico, seminários foram realizados em todos os blocos do campus de Cuiabá para que a comunidade acadêmica pudesse conhecê-lo, aprová-lo ou reprová-lo.

Tais debates não foram divididos com a Administração Superior, que manteve a postura de que a adesão seria o mais indicado, e nada podia ser deliberado nestes espaços. Estudantes protestaram contra, colegiados de curso e departamento debatiam os prós e contras do projeto, mas a pressão era pelo financiamento, que seria “perdido”. Dessa maneira, a maioria dos cursos, faculdades e institutos aprovou o Reuni, votado favoravelmente no Consuni.

Portanto, mais uma política educacional do governo foi rapidamente implantada na UFMT. Depois do Reuni ainda vieram o sistema de ingresso ENEM/SiSu, aprovado *ad referendum* em 2009. Na época, a reitoria teria feito consulta verbal via telefone a 23 conselheiros - de um total de 46 - retirando a necessidade de reunião dos conselheiros para a tomada da decisão, pois estudantes do Ensino Médio e da própria universidade impediram a realização de duas dessas reuniões.

Concretizadas pelos reitores Paulo Speller e Maria Lúcia Cavalli Neder, as políticas do Governo Federal para a educação podem ser vistas em ação na UFMT, que serve de laboratório para o MEC e seus gestores. As consequências, também. A falta de Assistência Estudantil denunciada pelos estudantes é o exemplo em destaque de uma estrutura acadêmica e física que não comporta tamanho aumento no número de alunos, em uma universidade que não está preparada para receber tantos estudantes de outros Estados. Faltam assim a permanência e a qualidade.

Saúde do trabalhador

Adoecimento físico e psíquico na UFMT: perícia afasta mais de 2 mil professores e técnicos em 2012

Problemas ortopédicos e depressão lideram lista de enfermidades. Não bastasse isso é grande o conflito com peritos



Geólogo Aquiles Lazzarotto: 'Quero aposentar. Não tenho mais nada a contribuir com essa universidade de qualidade questionável, produtivista'

O adoecimento psíquico do geólogo Aquiles Lazzarotto, 56, professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) desde 1980, não aconteceu da noite para o dia. Ele foi adoecendo aos poucos e, quando percebeu, já estava em um poço fundo o bastante para não dar conta de voltar à tona sozinho e precisar de ajuda profissional psiquiátrica. O professor Aquiles atribui o diagnóstico de depressão às transformações da UFMT – seu projeto de vida, que foi por água abaixo. Na vida pessoal, não havia nenhum motivo que o levasse a tal quadro. O distanciamento do modelo de universidade pública e de qualidade, transformadora e socialmente referenciada, no qual ele acreditava e pelo qual tanto lutou, lhe causou angústia, falta de ar e inquietação; insônia crônica, ao ponto de só dormir no sofá da sala e quando o sol raiasse; alcoolismo, ao ponto de só dar conta de se relacionar socialmente e conversar com as pessoas já um tanto alterado. São alguns dos sintomas do caos que viveu entre 2006 e 2007. O médico indicou calmante, antidepressivo e o afastamento da sala de aula por seis meses. Lazzarotto sumiu da UFMT, até melhorar. Agora está de volta e em outra fase. Ainda mantém o calmante para dormir. Mas não alimenta mais ilusões com a Universidade. “Talvez a nova geração dê conta de recolocá-la no rumo. Eu quero aposentar, porque não tenho mais nada a contribuir com essa universidade de qualidade questionável, produtivista”.

O cúmulo do produtivismo rendeu a uma professora doutora da UFMT, 58, dois calos, edema e pólipos nas cordas

vocais direita e esquerda. O risco, conforme o médico avisou a ela, é que isso possa evoluir para um câncer de garganta. A professora que prefere não dar o nome, para não se expor, conta que, desde a década de 90, a voz dela começou a falhar e até sumir. Também não era para menos. Entrou em um turbilhão de aulas, de segunda a domingo – isso mesmo, de segunda a domingo. Durante a semana, lecionava para graduação e nos finais de semana, pós. Além disso, orientava até 10 alunos. O quadro agravou entre 1999 e 2001, quando retornou do doutorado. Em 2007, não teve mais como segurar. O médico recomendou o afastamento, até porque, nesse meio tempo, ela herdou ainda da docência tendinite e Lesões por Esforço Repetitivo associadas ao Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (LER-DORT). Perguntada sobre por que forçou tanto a barra na vida intelectual, ela justifica: “Nós, professores das universidades, somos avaliados por um sistema produtivista. Temos que atingir uma pontuação para conseguir promoção. Se não fizer um número de pontos, é levado a acreditar que coloca um projeto em risco. Outro agravante: ameaçar o descredenciamento de curso com base na produção dos docentes, isso é uma vergonha, um absurdo. A gente tem que fazer milhares de coisas e não tem uma secretária para ajudar. Sempre levei muito trabalho para casa e tinha insônia crônica. No dia que eu aposentar, não volto mais aqui na Universidade. Se fiz o que fiz até hoje, é por acreditar que a educação é o único caminho de mudança”. Depois de alguns afastamentos e retornos, a professora está de volta, mas com mais cautela e apenas uma disciplina para lecionar.

Esses são dois casos entre milhares. É um assombro o número de afastamentos de docentes da UFMT e também de servidores técnico administrativos por adoecimento psíquico e/ou físico.

Só ano passado, foram feitos 2.194 pedidos de afastamento junto à Coordenação de Assistência e Benefícios ao Servidor (CABES), conforme a coordenadora Priscila Baleroni Cajal, que é psicóloga.

A maioria dos pedidos foi motivada por doenças ortopédicas e musculares, principalmente LER-DORT e outras enfermidades, provocadas por má postura, mobiliário inadequado, muitas horas em pé, uso excessivo do quadro, digitação. Em seguida, a depressão, a ansiedade generalizada e o transtorno de adaptação, que, confor-

me a psicóloga Priscila, significa um desconforto insuportável em determinado ambiente.

Ainda segundo a psicóloga há muita associação entre o adoecimento físico e psíquico.

O caminho até o afastamento é assim. O docente, após anos de excesso laboral, se sente mal, vai ao médico, que dá o atestado, com o pedido de licença. Na CABES, o paciente é avaliado por um dos sete peritos federais que atendem servidores de 18 órgãos, inclusive a UFMT. Isso se o caso for de perícia singular, ou seja, de licença de até 120 dias. Se o caso for de perícia por junta médica, ou seja, de afastamento de 121 dias para mais, a avaliação é feita por três profissionais e geralmente ligados à área da enfermidade.

Conforme a coordenadora, não há informações de casos que tenham sido negados e as situações são muito sérias. Também segundo ela, não há notícias de atendimento mal feito ou desumanizado, mas, sim, admite que “a coisa é um pouco demorada, mas não passa de uma semana”. A demanda estaria grande. “Temos que atender 7 mil servidores”.

aceitar que um médico, que não é oncologista, decida sobre meu caso, reduzindo meu direito e contrariando a opinião de um colega especialista? Isso sem ao menos examinar, sem olhar dezenas de exames. É tão desagradável isso que me dá náusea”. Diante disso, o historiador fez denúncia pública através de artigo, que chegou ao conhecimento do Conselho Regional de Medicina (CRM). O professor recebeu um ofício do Conselho, sendo orientado a formalizar a denúncia na entidade e o fez. A mesma denúncia foi protocolizada também na UFMT e no Ministério Público.

A presidente do CRM, Dalva Alves das Neves, acredita que esta seja uma área de atrito entre as pessoas que precisam do afastamento e os peritos, que não são médico pessoal, daí uma recepção técnica, sem vínculos afetivos e focada no manual de perícia. “Isso, no entanto, não os isenta de seguir o Código de Ética Médica e respeitar o juramento que fizeram ao assumir a profissão. Também não os isenta de serem acionados”.

O professor João Antônio reclama que os peritos têm postura policial e



João Antônio, da História, denuncia peritos negligentes. No detalhe, cicatriz da cirurgia



Porém, o professor João Antônio Botelho Lucídio, do Departamento de História, que trata um câncer de tireóide, afirma que foi muito mal tratado pela perícia. A doença dele não é laboral. Diagnosticada em outubro do ano passado, o levou a uma cirurgia de urgência em novembro, por sinal bem sucedida, mas que deixou sequelas – limitações de movimentos. O médico dele indicou seis meses de afastamento para uma boa recuperação. A perícia vetou, deu só quatro. “Como posso

não médica e que sua denúncia tem caráter pedagógico, caso contrário poderia citar nomes, o que não fez.

“Não há humanidade no atendimento. Essa cartilha que orienta a perícia deve ser mudada. É isso que defendo”.

Seja por consequência laboral ou uma enfermidade súbita, os docentes da UFMT precisam refletir sobre a saúde da categoria e os impactos disso na qualidade de vida, no envelhecimento e questionar: vale a pena?